

Segurança pública

Tarcísio recua da intenção de aumentar poderes da PM

Decisão foi anunciada pelo secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, após protestos da Polícia Civil

MARCELO GODOY
PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

O secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, anunciou ontem um recuo no plano do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) de aumentar o poder da Polícia Militar, permitindo não só que a corporação passasse a fazer o registro dos chamados Termos Circunstanciados (TCs), bem como as diligências que fossem depois pedidas pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.

Criados em 1995, os TCs substituem a prisão em flagrante de acusados de crimes de menor poder ofensivo, como as lesões corporais e as amea-

ças. Eles são usados para registrar os casos de crimes que têm como pena até dois anos de prisão. Atualmente, em São Paulo, esta é uma atribuição da Polícia Civil, que reagiu ao movimento e também ao fato de ter sido excluída de operação recente contra o PCC.

Ponto em discussão
Atualmente, PMs têm de ir até uma delegacia onde o termo circunstanciado é lavrado por um delegado

O plano da gestão Tarcísio, externado em uma ordem do subcomandante-geral da PM, coronel José Augusto Coutinho, era transferir essa tarefa para a PM, assim como a responsabilidade por executar as investigações complementares requisitadas nesses casos.

GRUPO DE TRABALHO. Diante desse quadro, o delegado-geral, Artur Dian, convocou uma

reunião extraordinária do Conselho da Polícia Civil. No encontro, realizado ontem, ficou demonstrado o “apoio total” dos diretores à reação de Dian contra o plano exposto pela PM. O delegado-geral e uma comissão de integrantes do conselho rumaram à sede da secretaria para se encontrar com Derrite.

Depois da reunião, Derrite anunciou o recuo do governo em vídeo distribuído para as redes sociais da polícia. Será constituído um grupo de trabalho, que terá dois representantes da PM, dois da Polícia Civil e dois da Polícia Técnico-Científica. Eles vão ter 45 dias para examinar a possibilidade de a PM fazer os TCs e estudar a adoção de um boletim de ocorrência único, uma reivindicação da Polícia Civil.

Segundo Derrite, não vai haver em São Paulo a invasão de atribuições de uma polícia para a outra. ●

Terras indígenas

Gilmar suspende ações sobre marco temporal

PEPITA ORTEGA

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu ontem à noite todos os processos judiciais – em curso em qualquer instância do Judiciário – que tratem da lei do marco temporal, editada pelo Congresso, em janeiro deste ano, após a Corte máxima declarar inconstitucional a espécie de linha de corte para orientar a demarcação de terras indígenas.

A decisão foi proferida no âmbito de cinco ações, no STF, que questionam a lei. Apontando a necessidade de “pacificar conflito judicial” em torno da tese do marco temporal, o ministro decidiu abrir um processo de conciliação e mediação sobre o assunto.

O decano do Supremo intimou todas as partes das ações – as entidades que ajuizaram os processos, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo, além da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Ge-

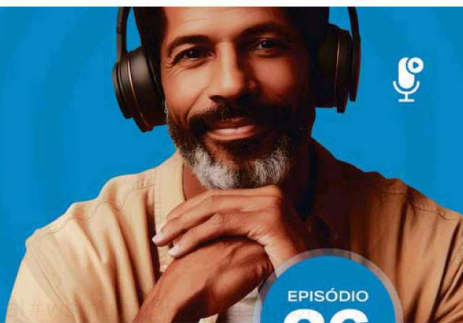
ral da República – para que, em 30 dias, “apresentem propostas no contexto de uma nova abordagem do litígio constitucional discutido nas ações, mediante a utilização de meios consensuais”. O despacho foi submetido para referendo do plenário do Supremo.

Alto fundamento a decisão de suspensão das ações sobre o marco temporal, o decano se disse preocupado com a possibilidade de “sinais aparentemente contraditórios” – teses fixadas pelo STF e a lei aprovada pelos parlamentares – “gerarem situação de severa insegurança jurídica”.

Em janeiro, o Congresso promulgou complemento da lei do marco temporal, de 2023. O texto contém trechos que tinham sido vetados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A nova lei só admite a demarcação de terras indígenas que já estavam ocupadas ou eram disputadas pelos povos originários até o dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. ●

VODCAST dois pontos

Forme sua opinião
ouvindo os “Dois Pontos”



EPISÓDIO
26

O Brasil será um protagonista global na Era do Clima?

A necessidade urgente de o mundo reduzir as emissões de carbono para segurar o aumento da temperatura global gera uma oportunidade única para o Brasil assumir protagonismo mundial e liderar uma revolução na Economia. Para isso, no entanto, o País precisa se mover rápido.

Para discutir o papel do Brasil na Era do Clima, participam do Dois Pontos desta semana **Luciana da Costa**, diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES, e **Arthur Ramos**, sócio e diretor-executivo do Boston Consulting Group (BCG) e especialista na área de energia e sustentabilidade.

O episódio tem a apresentação da colunista do Estadão, **Roseann Kennedy**, e participação da repórter de Economia, **Beatriz Bulla**.

Use o QR code
para acessar



bit.ly/impressoep26

Basta apontar a
câmera do seu
celular para a
imagem acima.



ESTADÃO